

EDITORIAL

Entre a pressa e a definição

Os confetes ainda não tinham sequer chegado perto do vitorioso e uma forte reivindicação já batia à porta do presidente que toma posse no primeiro dia do ano que vem: mudar completamente a direção da política econômica. O pedido variou de tom. Alguns reivindicantes foram direto ao assunto; como o ministro das Relações Institucionais, Tarso Genro, que decretou, quando ainda faltavam quatro horas para fechar as urnas, o formal passamento da “era Palocci” no governo Lula. Já a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, duas horas depois, reafirmou: “O primeiro momento (da política econômica) acabou. Tivemos um período e passamos por ele”.

O dono dos 58,4 milhões de votos esperou o momento certo para “afinar a orquestra”. No discurso da vitória, da forma mais objetiva possível, o presidente Lula garantiu: “Nós manteremos uma política fiscal dura, porque eu aprendi, não na faculdade de economia, que a gente não pode gastar mais do que ganha”. Para bom entendedor o presidente, ao agradecer os que o elegeram, disse que “o povo sentiu na mesa e no bolso a melhoria da sua vida”, óbvia alusão

aos vínculos entre controle da inflação e a massacrante votação que recebeu das camadas mais pobres da população.

Estas considerações não significam que o presidente não tenha a absoluta consciência de que o Brasil quer e precisa crescer mais do que cresceu nos últimos quatro anos. De modo ainda mais

No discurso da vitória Lula avisou que política econômica era decisão do presidente. No final da noite de ontem, ele reforçou a premissa

enfático Lula asseverou: “Ao mesmo tempo tenho a convicção de que a solução não é mais fazer o povo sofrer com ajustes pesados mas que a solução está no crescimento da economia”. E concluiu: “Nós queremos crescer e as bases estão dadas”.

Porém, é preciso reconhecer que o presidente também conhece os limites deste processo. Primeiro, a queda da inflação para 3%, como prevê o Banco Central depois de auscultar o que pensa o mercado semana após semana, teve o seu custo na previsão de cres-

cimento do PIB. Enquanto a média mundial prevista para 2006 é de 5,1%, o Brasil crescerá pouco mais da metade disso: 3,09%. O resultado dessa fragilidade, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada incumbiu-se de medir: a taxa de desemprego deve ficar neste ano ao redor dos 10%, (a do ano passado foi de 9,3%), uma das mais elevadas dos últimos anos, inclusive do governo Lula. Impulsionada pelo aumento real do salário mínimo, a renda média do trabalhador voltou a crescer, mas ainda é inferior a de 2001, por exemplo.

A taxa de juro real básico ainda é uma das mais altas do mundo, contribuindo para manter elevada a dívida total líquida do setor público que caiu nos três últimos anos, mas em queda ínfima, de 51,7% em 2004, para 51,5% no ano passado, com a previsão de alcançar 50,6% em dezembro. Isto é, a dívida do governo ainda é maior do que a metade da riqueza que os brasileiros produzem a cada ano.

Neste processo, a Formação Bruta de Capital Fixo, o nome que os economistas dão a investimentos, continua a rondar a casa dos 20% no Brasil faz anos, sem alterações substanciais. É

preciso lembrar que os cortes do governo sempre atingem a rubrica investimentos, que se reduziram muito já faz três anos. Os que cobram o crescimento chinês de 10% ao ano deveriam lembrar que a taxa de poupança naquele país, nos mesmos anos em que as taxas de crescimento foram de dois dígitos, sempre ficou acima de 40%.

Apesar deste quadro, o presidente garantiu no discurso da vitória que continua pretendendo “distribuir renda”. Esta é a sua obsessão, correta diga-se de passagem. Porém, qual é o teto do poder distributivo do Bolsa-Família, por exemplo?

Porque esta arquitetura do crescimento é lenta e penosa, o presidente só prometeu trabalho, e não milagres. No meio da tarde a ministra Dilma foi a uma rádio para dizer que não era mesmo a mesma política do passado porque “nós vamos ter de buscar uma maior eficácia no ato de gastar”. No começo da noite, como o recado ainda fora insuficiente, nota oficial do Planalto repetiu a todos os interessados, ortodoxos ou desenvolvimentistas, que a nomeação de ministros é exclusiva responsabilidade do presidente. Especialmente a da pasta da Fazenda.